

## **PARECER N°           , DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ), sobre o Projeto de Lei do Senado n° 123, de 2009, que *acrescenta art. 5º-A à Lei n° 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.*

RELATORA: Senadora **PATRÍCIA SABOYA**

RELATOR *ad hoc*: Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**

### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 123, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, estruturado em dois artigos.

O art. 1º propõe acrescentar art. 5º-A à Lei n° 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estabelecer que, na hipótese de transferência para outra instituição de ensino superior privada, o aluno fica obrigado ao pagamento das parcelas vencidas até o dia da formalização do pedido de transferência, conforme comprovante fornecido ao estabelecimento de origem.

O art. 2º é a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

Após o exame neste Colegiado, o mérito do PLS n° 123, de 2009, será apreciado no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em referência, devendo, ainda, emitir parecer quanto ao mérito, de acordo com o disposto no art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente à constitucionalidade formal, a matéria do PLS nº 123, de 2009, está inserida na competência legislativa da União. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto (CF, art. 48), e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61.

No que concerne à constitucionalidade material, observe-se que o projeto de lei em apreço não contraria preceitos constitucionais.

Em relação à juridicidade, o projeto de lei cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

No tocante ao mérito, destaque-se que a proposta define, de modo preciso, até que momento o aluno fica obrigado ao pagamento das mensalidades na instituição de origem. Com essa iniciativa, será eliminado um problema corriqueiro nos casos de transferência entre faculdades particulares, que é a duplicidade de pagamento. Assim sendo, o projeto de lei sob comento soluciona adequada e definitivamente a questão para os alunos do ensino superior.

Ademais, é de realçar que a proposição se reveste de inegável alcance social, além de ser oportuna e meritória.

No entanto, entendemos que não se justifica que essa proposta se limite ao ensino superior. A nosso ver, é mister estender o alcance da iniciativa à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio. Para tanto, apresentamos duas emendas.

## III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009, com as emendas a seguir indicadas.

### **EMENDA Nº 1 – CCJ**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009, a seguinte redação:

“Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição privada de ensino, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.”

### **EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se ao art. 5º-A da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009, a seguinte redação:

“**Art. 5º-A.** No caso de transferência para outra instituição privada de ensino, o aluno fica obrigado ao pagamento das parcelas vencidas até o dia em que formalizar o pedido, consoante comprovante fornecido à instituição de origem.”

Sala da Comissão, 8 de julho de 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR, Relator